

O processo de morte em uma compreensão de comunhão amorosa

The process of dying in an understanding of loving communion

Hélio Tadeu Luciano de Oliveira

Resumo

Este artigo discute o processo de morte sob a perspectiva de comunhão amorosa, confrontando diversas visões morais. Partindo da sua inevitabilidade, propomos uma reflexão sobre a morte não como um evento isolado, mas como um processo intrínseco à existência humana e que requer uma resposta pessoal. Na primeira parte se realiza um *status quaestionis* das posturas e implicações morais existentes ante o processo de morte. Neste sentido, abordamos as visões normativistas e legalistas que excluem a experiência do sujeito, visões espiritualistas que desumanizam a morte, concepções que enfatizam a liberdade individual em detrimento da relação amorosa, entendimentos que apresentam a morte somente desde a sua medicalização e compreensões que levam a consequencialismos e proporcionalismos sentimentalistas e pastoralistas no confronto com a morte. A segunda parte propõe uma visão da morte centrada na noção de comunhão, que envolve relações imanentes e transcendentais, oferecendo uma resposta moral enraizada no amor e propondo como fundamento da existência a compreensão amorosa. O artigo enfatiza a importância de uma compreensão integrada da vida e da morte, onde o processo de morrer é visto como uma oportunidade para expressar amor e comunhão, desafiando visões que reduzem a morte a aspectos puramente biológicos, legais ou emotivos.

Palavras chave: Morte. Moral fundamental. Comunhão. Amor. Relação.

Abstract

This article discusses the process of death from the perspective of loving communion, confronting various moral visions. Starting from the inevitability of death, we propose a reflection on death not as an isolated event, but as an intrinsic process to human existence that requires a personal response. In the first part, a *status quaestionis* of the existing moral stances and implications in the face of the process of death is conducted. In this regard, we address normativist and legalist views that exclude the subject's experience, spiritualist visions that dehumanize death, conceptions that emphasize individual freedom at the expense of loving relationships, understandings that present death solely from its medicalization, and perspectives that lead to consequentialism and proportionalism with a sentimental and pastoralist approach in confronting death. The second part proposes a view of death centered on the notion of communion, involving immanent and transcendent relations, offering a moral response rooted in love and loving understanding as the foundation of existence. The article emphasizes the importance of an integrated understanding of life and death, where the dying process is seen as an opportunity to express love and communion, challenging views that reduce death to purely biological, legal, or emotional aspects.

Key words: Death. Fundamental morality. Communion. Love. Relationship.

Introdução

Em uma das pinturas de Goya, de começos do século XIX, aparecem representadas as três Moiras, da mitologia grega, com um certo destaque para a irmã mais velha, *Átropos*, com tesouras para cortar o fio da vida.¹ Quem parece receber a ação da deusa é um homem com as mãos para trás, possivelmente amarrado, e sem poder se enfrentar ao poder da morte.

Com essa imagem do pintor espanhol podemos entender a morte como uma das grandes experiências da vida humana da qual ninguém pode escapar. No mesmo sentido, em linguagem mais popular da cultura estadunidense, a conhecida frase atribuída a Benjamin Franklin afirma: *mas neste mundo nada pode ser dito como certo, exceto a morte e os impostos.*² Possivelmente a imagem à qual fazemos referência é uma representação mais próxima da realidade experiencial da maioria dos seres humanos, que vive o processo de morte desde uma compreensão de impotência e, normalmente, longe de uma visão mais poética e heroica que seria própria da morte representada por *Thánatos* na mitologia grega.

A partir destas imagens, este artigo pretende fazer uma reflexão sobre a morte, entendendo-a desde a perspectiva ilustrada anteriormente: mais do que um momento, como um processo humano que dura um tempo, que confronta a cada ser humano com o seu destino, e que necessita uma resposta humana pessoal. A realidade vivida, o sentido dado e a resposta concreta de cada ser humano frente à inevitável ação das tesouras de *Átropos*, possui uma forte implicação moral entendida como a compreensão do sentido e as ações livres de cada pessoa frente a esta realidade concreta.

Diante desta implicação moral, podemos entender diversas posturas no confronto com a morte, que dependerão do modo de entender a moral como um todo. Para que se entenda a complexidade da questão, podemos apresentar aqui algumas destas posturas. Existem compreensões fatalistas, em que a falta de liberdade de poder escolher não morrer será compreendida também como uma impossibilidade de ter real liberdade dentro do processo de morte. A partir deste tipo de compreensão, seria impossível encontrar qualquer sentido que não seja, por manter a imagem mitológica, a da deusa *Hygea*, em sua versão romana, chamada *Salus*. Aqui se encontram a maioria das correntes chamadas existencialistas, mas também algumas visões piedosas, espiritualistas, que trasladam a vivência da morte somente a um prêmio futuro, sem entender o seu significado moral atual. No outro extremo, visões que tentam recuperar a liberdade, desatar as mãos do homem do quadro de Goya e enfrentar-se às tesouras de *Átropos*. Dentro desta visão, estariam aqueles que, por recuperar o que acreditam ser o último grito de liberdade, defendem que cabe unicamente ao homem decidir cortar o fio da vida e decidir totalmente o momento da morte. Entram aqui tanto as compreensões eutanásicas como aqueles desejos trans e pós-humanistas de eliminar a morte da realidade da vida. Existem também compreensões normativistas, que se preocupam mais do que pode ser feito ou não dentro do processo de morte do que com o significado das experiências vividas durante este processo. Ainda podemos mencionar compreensões desde uma perspectiva de comunhão amorosa, dentre as quais está aquela que propomos neste trabalho.

Diante deste grande mosaico de compreensões, este trabalho possui dois objetivos principais. O primeiro deles seria, partindo de várias compreensões da teologia moral, algumas citadas já nesta introdução, realizar um *status quaestionis* sobre os diferentes entendimentos sobre a morte e as consequências morais de cada uma destas posturas. O segundo objetivo é de propor uma visão da morte desde a noção de comunhão que implica uma relação imanente e transcendente, assim como as suas consequências morais no processo de morte.

1. Status quaestionis

Falar sobre a ação humana, a sua origem, o seu significado e a implicação que tem para cada ser humano é sempre uma tarefa árdua. Santo Agostinho dizia saber o que era o tempo até que alguém lhe perguntasse o que era o tempo.³ Neste âmbito, da ação prática, a dificuldade não é apenas de conceituar uma verdade à qual estamos acostumados a lidar –como o tempo para Santo Agostinho– mas explicar, com razão

¹ GOYA, F., Las Parcas (Átropos). Técnica mista sobre parede trasladado a tela. Madri: Museu do Prado, 1820-1823.

² FRANKLIN, B., Letter to Jean-Baptiste Le Roy, p. 69.

³ AGOSTINHO., Las confesiones, XI, 14, 17.

especulativa, aquilo que de fato conhecemos pela razão prática. Esta tarefa árdua é papel da teologia moral fundamental, que pode se revestir de uma aparência mais especulativa ou mais pastoral, mas se trata sempre de responder à mesma pergunta do jovem rico: *que devo fazer de bom para ter a vida eterna?* (Mt 19,16). É uma pergunta não somente por atos externos, mas sobre a verdade e o bem da própria vida.

Derivada da questão exposta no parágrafo anterior, faz-se ainda mais difícil a aplicação desta moralidade a questões mais concretas, da chamada moral aplicada. Sendo assim, entender todas as ações humanas implicadas no processo de morte é um grande desafio pessoal, pois implica entender o sentido da própria vida. A teologia moral pode e deve aportar luzes a esta compreensão.

Com base no anterior, podemos afirmar que a compreensão teológico-moral que tenhamos da morte, será diretamente dependente da noção de moral fundamental que tenhamos. Repetimos que não se trata aqui de uma espécie de gnosticismo teológico para iniciados, nem mesmo de uma compreensão abstrata da realidade que se afasta da mesma. Tratam-se de modos de viver que estão encarnados na realidade e que podem ser explicados através da teologia moral.

Portanto, considerando a dificuldade de compreensão da teologia moral fundamental, a dificuldade de sua aplicação na compreensão das realidades humanas –em especial, no caso que nos toca sobre a morte– e a necessária conexão com a realidade humana encarnada na própria vida, fazer um panorama sobre as distintas visões existentes é uma tarefa árdua, mas necessária se queremos propor algo que possa fazer sentido. Visto que se trata, em definitiva, de aplicações de diferentes compreensões de teologia moral fundamental ao tema da morte, não temos nenhuma pretensão de esgotar o tema, mas sim de abrir um diálogo com essas diferentes visões.

Uma questão mais se faz importante ressaltar. Ainda que as explicações que propomos se fazem desde uma perspectiva teológico-moral, analisaremos também propostas que não se apresentam como teológicas e, em alguns casos, inclusive tentam excluir qualquer tipo de dimensão transcendental ou revelada.

1.1. O bem normativista do nominalismo e o legalismo kantiano: consideração da morte sem experiência pessoal e sem consideração do sujeito que a vive

Certamente não é consenso na teologia moral, mas nos parece uma intuição profundamente válida, a compreensão proposta por Pinckaers sobre o giro copernicano dado por Ockham na compreensão da vida moral.⁴ Se, como afirma o frei franciscano, o principal atributo divino é a sua vontade onipotente, o homem, ainda será capaz de realizar o bem, porém este será limitado a cumprir tudo aquilo que Deus legisla. Não se trata de um legalismo absoluto, pois permanece parte da relação com Deus, mas há uma perda da dimensão de relação profunda entre o bem, a verdade e o amor e, conseqüentemente, da compreensão do bem como comunhão amorosa. Pinckaers ainda afirma que, a partir deste giro, surge a chamada manualística, reforçada pela necessidade de formar a sacerdotes confessores, porém desde uma perspectiva bastante extrínseca, como uma moral de terceira pessoa.⁵

Nesta compreensão, adquirem especial relevo todas aquelas dimensões da Tradição Apostólica e da Sagrada Escritura que tenham caráter normativo. Também a lógica, na aplicação destas normas às mais distintas realidades concretas, adquire um papel especial.

Em um desenvolvimento racional posterior e independente do anterior, Immanuel Kant, em sua crítica à razão prática, vai ainda além. Retira o remanescente de relação com o bem que ainda possuía a norma nominalista, para ficar com a norma e o seu cumprimento em si mesma.⁶ Já não existe bem e mal pensados desde uma relação, pois através do cumprimento da norma já não há relação com Deus. Este permanece no sistema, mas somente como garante de que existe certo e errado, que serão chamados de bem e de mal, mas fora de uma relação pessoal com outro.⁷

A partir deste pequeno panorama, podemos entender algumas posturas relacionadas com a morte que permanecem até os nossos dias. Por um lado, vemos uma série de critérios e normas que devem ser seguidos ou proibidos dentro do processo de morte, mas a realidade humana desta vivência fica em segundo plano ou passa até mesmo ao olvido. Trata-se de buscar princípios absolutos que determinem,

⁴ PINCKAERS, S. T., *Las fuentes de la moral cristiana*, p. 295-302.

⁵ PINCKAERS, S. T., *Las fuentes de la moral cristiana*, p. 209-336.

⁶ KANT, I., *Crítica de la razón práctica*, p. 35-36.

⁷ KANT, I., *Crítica de la razón práctica*, p. 51-60.

para todos os casos, até que ponto se deve atuar sem desobedecer a norma. Busca-se medir quase milimetricamente, os limites de uma eutanásia e de uma distanásia, mas sem considerar o sujeito em questão e os aspectos concretos de sua vida. Aplicações abstratas de princípios, como o de duplo efeito, por exemplo, em que se esquecem da pessoa e das relações concretas, e que, desta forma, poderiam ser aplicadas de modo quase automático a todos os casos semelhantes. É certo que dentro de uma relação pessoal de comunhão existem –e sempre existirão– critérios objetivos que pautam a própria identidade desta relação,⁸ mas, inclusive a razão de bem desta dimensão objetiva só pode ser entendida desde a compreensão de relação amorosa, que possui um grau de subjetividade, pois é sempre pessoal, entre sujeitos.

Por outro lado, vê-se a confusão de toda a vivência da morte com os aspectos legislados, confundindo a dimensão legal com a dimensão moral. Não há dúvida de que a lei outorgada e a pena infligida por um determinado Estado possuem efeitos pedagógicos sobre aquela população,⁹ mas não é a lei que define o bem. Pelo contrário, o papel da lei deveria ser secundário, ou seja, somente o de expressar e exigir, quando assim se faz necessário, o bem de uma determinada verdade.¹⁰ Neste sentido legalista, a compreensão da morte também perde a dimensão de relação amorosa e passa a ser entendida simplesmente como direitos devidos ou negados. Perdendo a noção de virtude, de relação, de comunhão, todo o processo se converte em disputa de poder, por conseguir leis que favoreçam uma ou outra posição. Neste sentido, por colocar um exemplo, é certo que a eutanásia sempre que seja eutanásia, será um mal, ainda que se legisle o contrário. Em palavras de Santo Tomás, uma lei que não derive da lei eterna, é mais uma violência do que uma lei.¹¹

Ambas as dimensões com raízes históricas já antigas permanecem profundamente arraigadas na sociedade atual. Por um lado, a própria configuração do Estado no ocidente, que perdeu a noção de causalidade final, dedica-se exaustivamente a estabelecer um conjunto de normas que dão razão de si mesmas pelo simples fato de serem leis promulgadas, excluindo seu caráter de bem e de verdade.¹² Por outro lado, como o pêndulo da história que não conhece a justa medida, reeditam-se compreensões nominalistas e casuísticas com um marcado anacronismo, com verniz de catolicidade, e que prezam mais pelos princípios e normas do que pela relação amorosa profunda. A pergunta fundamental passa a ser até que ponto posso me afastar de Deus sem pecar e não mais o que devo fazer de bom para ganhar a vida eterna.

1.2. Espiritualismos: a desencarnação e conseqüente desumanização da morte

A unidade de vida é uma compreensão radicalmente cristã e expressa essa realidade profundamente unitária do homem em todas as suas dimensões. Seja a explicação tomista de *unidade substancial*,¹³ sejam os desenvolvimentos personalistas de compreender que *somos o nosso corpo*,¹⁴ expressam essa radical unidade entre corpo e alma. Mas também se faz necessário compreender a profunda unidade existente entre a dimensão moral e espiritual. Se a primeira divisão é mais antiga, mas também melhor resolvida em âmbito teológico católico, a segunda ainda padece e necessita um grande recorrido para voltar à sua compreensão unitária.¹⁵ Entende-se que a divisão entre uma vida moral e espiritual para os perfeitos, separada de uma vida de mínimos morais para os demais, foi ganhando corpo com maior ou menor intensidade ao longo dos séculos desde o fim da patrística até os dias de hoje. A perfeição monástica, como proposta de vida moral já não destinada a todos, e a moral confundida com lei, sem espaço para as relações subjetivas e amorosas necessitaram abrir espaço a uma teologia

⁸ VS 53.

⁹ Esta relação se dá na própria fundamentação da compreensão da lei, mas se pode ver inclusive em compreensões bastante pragmáticas da aplicação da lei e das penas na atualidade. Veja-se, por exemplo em LIBLIK MACLUF, C.; CARVALHO TEODORO, S.; FULLER, G. P., A função pedagógica da pena e suas aplicações, p. 1387-1438.

¹⁰ TOMÁS DE AQUINO., Suma teológica, I-II, q.95, a.2; I-II, q.96, a.4.

¹¹ TOMÁS DE AQUINO., Suma teológica, I-II, q.93, a.4.

¹² RATZINGER, J., Fe, verdad y tolerancia, p. 200-222.

¹³ TOMÁS DE AQUINO., Suma teológica, I, q.76, a.8.

¹⁴ MARCEL, G., Diario metafísico, p. 322.

¹⁵ MELINA, L.; NORIEGA, J.; PÉREZ-SOBA, J. J., Caminar a la luz del amor, p. 127-128. Outros autores também propõe uma unidade destas duas dimensões, porém, de certa forma, acabam diluindo a dimensão objetiva da moral em relações subjetivas de corte mais relativista. Veja-se, por exemplo a VIDAL, M., Moral y espiritualidad, p. 60-73.

espiritual independente da teologia moral. A moral se converte nas obrigações a serem cumpridas, enquanto que a espiritualidade passa a significar a intimidade com Deus e normalmente revestida de acontecimentos extraordinários, que passam a ser confundidos com a vida espiritual.

Em ambas as compreensões da perda de unidade seja na dimensão corpo e alma, seja na dimensão moral e espiritual teremos conseqüentes compreensões da experiência de morte. O ponto fundamental de ambas, será a desencarnação do processo de morte, levando a uma compreensão meramente abstrata deste. Suporta-se o sofrimento, suportam-se as despedidas, porém, estas dimensões que radicalmente fazem parte do processo humano de morte, perdem seu sentido profundo. A dimensão amorosa de encontrar o sentido, de vivenciar, de modo encarnado, todos estes acontecimentos que fazem parte da vida humana neste processo de morte passam a um segundo plano ou tentam, normalmente sem êxito, eliminá-las completamente.

Certamente não se trata aqui de exaltar ou de não aceitar os recursos técnicos que eliminam a dor e o sofrimento físico e psicológico do processo de morte. Mas também se trata de ver, por colocar um exemplo, que antes de uma sedação é importante que a pessoa possa se despedir de seus seres queridos ou até mesmo pedir perdão a alguém inclusive a Deus por alguma ofensa cometida. Não se trata de um aspecto legalista-sacramental, mas de relação amorosa. Trata-se de poder entender, dentro da sua relação de vida e intimidade com Deus, o sentido do seu sofrimento e de permitir renunciar, se encontra sentido nessa relação amorosa, inclusive a algum tipo de sedativo por oferta amorosa a um Deus que a ama.

Neste sentido, é importante que o processo de morte seja conhecido pela própria pessoa.¹⁶ Muitas vezes, ainda tendo capacidade de assumir esta etapa da vida, os médicos e/ou familiares não permitem que a pessoa assuma e viva de modo encarnado este processo. As quase profecias de Huxley, em *Um admirável mundo novo*,¹⁷ se concretizam em uma fuga desumana do sofrimento, como se este não fizesse parte da nossa vida e não pudesse assumir um caráter corredentor.

1.3. Estreitamento dos limites da razão: medicalização dos processos de morte

Certamente o desenvolvimento da ciência positiva foi e continua sendo um grande bem e aporta um grande benefício para a sociedade e para as pessoas concretas. Neste campo da morte também não há nenhuma dúvida neste sentido. O problema aqui não é a utilização destes conhecimentos, mas sim quando reduzimos os limites da racionalidade a este tipo específico de ciência. A longa citação de um breve discurso de Bento XVI resume de modo magistral o problema em questão:

No fundo, temos a autolimitação moderna da razão, com a sua expressão clássica na «críticas» de Kant, mas ulteriormente radicalizada pelo pensamento das ciências naturais.(...) Isto encerra duas orientações fundamentais e decisivas para a nossa questão. Só o tipo de certeza que deriva da sinergia entre matemática e experiência nos permite falar de cientificidade. Tudo o que pretenda ser ciência deve confrontar-se com este critério. E assim as ciências que dizem respeito à realidade humana, como a história, a psicologia, a sociologia e a filosofia, procuravam também aproximar-se deste cânone da cientificidade. Entretanto, para as nossas reflexões, é ainda importante o facto de o método como tal excluir o problema de Deus, apresentando-o como problema a-científico ou pré-científico. Mas, aqui estamos perante uma redução do espaço próprio da ciência e da razão, facto este que é obrigatório pôr em questão.(...) E mais grave ainda: se a ciência no seu conjunto é apenas isto, desse modo então o próprio homem sofre uma redução. Porque nesse caso as questões propriamente humanas, isto é, «donde venho» e «para onde vou», as questões da religião e do *ethos* não podem ter lugar no espaço da razão comum, tal como a descreve uma «ciência» assim entendida, devendo ser transferidas para o âmbito do subjetivo. O sujeito decide, com base nas suas experiências, o que lhe parece religiosamente sustentável, e a «consciência» subjetiva torna-se em última análise a única instância ética.¹⁸

¹⁶ MÍGUEZ BURGOS, A.; MUÑOZ SIMARRO, D., *Enfermería y el paciente en situación terminal*, p. 1-9.

¹⁷ Deixamos um dos vários fragmentos da obra de ficção que mostra como se educam as crianças para excluir o sofrimento diante da morte: –*Vuelven del Crematorio de Slough– explicó el doctor Gaffney, mientras Bernard, en susurros, se citaba con la Maestra Jefe para aquella misma noche–. El condicionamiento ante la muerte empieza a los dieciocho meses. Todo crío pasa dos mañanas cada semana en un Hospital de Moribundos. En estos hospitales encuentran los mejores juguetes, y se les obsequia con helado de chocolate los días que hay defunción. Así aprenden a aceptar la muerte como algo completamente corriente.* HUXLEY, A., *Un mundo feliz*, p. 142.

¹⁸ BENTO XVI, PP., *Discurso Fé, razão e universidade*.

Esta redução dos limites da razão, aplicados aos processos de morte, levam à medicalização e, mais recentemente, a uma psicologização da compreensão da morte.¹⁹ Como já afirmamos anteriormente, é inegável que essas ciências devem aportar seus conteúdos dentro deste processo. O erro está em excluir a dimensão espiritual, que faz parte do processo de morte e que supera os limites da ciência positiva.

Assim como afirmamos, na epígrafe anterior, que os espiritualismos desumanizam o processo de morte, excluir a dimensão espiritual ou considera-la como algo secundário dentro deste processo, possui o mesmo efeito.

É verdade que o desenvolvimento, nas últimas décadas, da medicina paliativa e das ajudas psicológicas, ajudou no processo de humanização da morte, resgatando o caráter pessoal dos chamados pacientes terminais.²⁰ Porém, sem renunciar ao anterior, ainda é necessário ir além. A pessoa necessita, neste processo de morte, ajuda para saber quem é, ou seja, encontrar sua identidade; encontrar as relações profundas da sua vida; encontrar o sentido pessoal e verdadeiro do sofrimento e da morte. Sem dúvida a psicologia pode prestar uma grande ajuda neste processo, mas ainda assim, trata-se de ir além.

1.4. Humanismo sem transcendência e Transcendência sentimental, mas não amorosa: rebelião da liberdade frente à morte, consequencialismos e proporcionalismos emotivistas, sentimentalismos pastoralistas.

Nesta epígrafe, tentamos reunir algumas posturas muito diferentes, mas que, frente à morte, levam a consequências muito parecidas. Como ponto de origem, todas compartilham uma centralização do homem (absoluta ou parcial) frente à transcendência amorosa.

Frente às chamadas guerras de religião, nas quais o tipo de fé era o ponto crucial do conflito, começa-se a busca por compreensões éticas desconectadas da transcendência. O contrato social de Hobbes, o normativismo de Kant, o emotivismo de Hume e Moore, são exemplos desta busca. O movimento continua até a atualidade, em alguns casos sem uma exclusão explícita da transcendência, mas que, na prática, leva a essa consequência. Veja-se aqui a busca por uma horizontalidade ética proposta por Habermas ou até mesmo por Maritain.

Por outro lado, também se buscou, ao longo das últimas décadas, uma relação com Deus que levaria a uma transcendência limitada, buscando uma solução intramundana absoluta para todos os problemas. Esta visão se plasma em algumas das chamadas teologias da libertação, que absolutizam as relações horizontais, compreendendo as relações com Deus dentro de uma espécie de *teopraxis*, ou seja, renunciando a uma relação transcendental real, reduzindo a relação com Deus à construção intramundana do Reino de Deus nas relações sociais.²¹

Estas posturas, frente à compreensão da morte, levam a uma exaltação da resposta da pessoa, que será prévia à relação humana de comunhão amorosa que lhe dá sentido. É fato que, desde esta compreensão, os resultados mais visíveis se darão no não cumprimento das dimensões objetivas que implicam as relações humanas verdadeiras, principalmente a relação com Deus. A modo de exemplo, essas posturas, diante da morte, aceitarão a eutanásia quando as circunstâncias humanas a justificarem.²²

Porém, a raiz desta visão problemática é muito mais profunda. Se eliminamos ou enfraquecemos a relação que daria sentido à resposta humana, o único que resta são as dimensões da própria resposta. Uma destas dimensões será a exaltação da liberdade de escolha. Esta dimensão da liberdade é verdadeira, mas, ao ser absolutizada, elimina a relação transcendente.²³ Também se dará a exaltação dos sentimentos e emoções, entendidos como determinantes da ação e confundidos com o amor.²⁴ A verdade deixa de ser a adequação a uma realidade previa²⁵ e passa a ser determinada por aquilo que sinto. Neste contexto, a *situação* e as *circunstâncias* adquirem um papel fundamental e determinante. É verdade que,

¹⁹ GONZÁLEZ GONZÁLEZ, N., Medicalización de la muerte, p. 1-27. GARCÍA SÁNCHEZ, E.; GARCÍA GARCÉS, L., Tecnificar la muerte, p. 103-140.

²⁰ BERMEJO, J. C., Cuidados paliativos y humanización, p. 1-2.

²¹ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ., Instrução sobre alguns aspectos da «teologia da libertação» - *Libertatis nuntius*, XI, n. 17. CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ., Instrução *libertatis conscientia* sobre a liberdade cristã e a libertação, n. 13.

²² TORRES QUEIRUGA, A., La eutanasia, entre la ética y la religión, p. 373-389.

²³ RODRÍGUEZ LUÑO, A., Clericalismo y teología de la libertad, p. 54-57.

²⁴ TORRES QUEIRUGA, A., La eutanasia, entre la ética y la religión, p. 373-389.

²⁵ TOMÁS DE AQUINO., Suma teológica, I, q.16, a.1.

como vimos, a manualística havia excluído erroneamente estas dimensões, mas também é verdade que estas não podem ser a fundamentação última da resposta humana.

Diante do processo de morte, essas posturas necessariamente caem em consequencialismos e proporcionalismos. Estes estarão algumas vezes pautados por uma compreensão utilitarista do bem comum, que admite desrespeitos à dignidade humana em vista do benefício de um maior número de pessoas benefício muitas vezes entendido somente desde uma perspectiva econômica. Outras vezes, estarão pautados pela exaltação da liberdade humana em rebelião às mãos atadas do homem frente ao processo de morte. Neste sentido, até pouco tempo somente cabia a defesa do suicídio, algumas vezes chamada, eufemisticamente, de eutanásia. Nos últimos tempos, a rebelião assume também a ingênua busca pela eliminação da morte nas propostas de trans e pós-humanistas.

Nas visões que incluem uma relação com Deus meramente intramundana, a relação com a morte só tem sentido no impacto que causa na comunidade. Mas, em definitiva, os consequencialismos e proporcionalismos também se fazem presentes, porém com um corte mais emotivista e sentimentalista. Sem relação transcendente real, que sentido tem o sofrimento de alguém? Repetimos, não se trata da defesa do sofrimento em si mesmo, mas, dentro de uma relação real com Deus e com um Deus que morre por amor na Cruz, o sofrimento pode ter sentido amoroso. Nos últimos tempos, estas posturas se revestem de soluções pastorais que dizem não negar a doutrina da Igreja, mas que, em casos específicos voltamos à situação e circunstâncias como determinantes da ação moral esta doutrina seria dispensada²⁶. Neste sentido, não defenderiam a eutanásia, por exemplo, mas a admitiriam como um bem pastoral em alguns casos. Repetindo o que se disse anteriormente: se a relação amorosa e verdadeira não é a origem da ação, entende-se a busca de soluções com critérios meramente humanos.

2. A comunhão como integração da experiência moral no processo de morte

Feito o *status quaestionis*, cremos que é possível propor algo que tenha sentido, moralmente falando, no confronto do homem com o processo de morte. A necessidade do *status quaestionis* prévio não é uma *pars destruens*, porém justamente o contrário é um passo para poder encontrar os elementos de verdade que possuem cada uma das posturas apresentadas.

2.1. Dom, encontro e comunhão como sentido da vida: chave para a compreensão do sentido do processo de morte

Para encontrar uma resposta suficiente para o processo de morte é necessário entender o sentido da própria vida. O ser humano está chamado, naturalmente, ao infinito e, sem uma resposta suficiente, a morte sempre parecerá um fracasso do sentido de plenitude ao que o homem se sente chamado²⁷.

Este chamado natural, só pode se realizar na dimensão amorosa²⁸. Por essa razão, as experiências humanas amorosas são importantes na construção e compreensão da identidade pessoal²⁹. Esta dimensão amorosa implica todas as demais dimensões humanas, que são captadas de modo amoroso por tudo aquilo que nos afeta, que são entendidas pela razão e a partir disso, exigem uma resposta que deveria ser também amorosa. Não há aqui nenhuma confusão com uma dimensão sentimental ou emotiva estas, como todas as demais, precisam também estar incluídas na dimensão amorosa, pois fazem parte da nossa vida. Um exemplo limitado, mas compreensível: uma mãe ama seu filho inclusive quando está triste por algo errado que ele fez. Ou ainda, normalmente uma mãe não sente uma alegria por acordar às três horas da manhã para cuidar do seu filho com febre, mas este cuidado, ainda que não seja seguido por um sentimento imediato, é verdadeiro amor.

Este amor ao qual somos chamados, realiza-se de modo pleno no encontro com o dom gratuito de Deus. Implica em notar sua presença, em decidir encontrar-se com Ele, em decidir querer viver em comunhão com este Amor que dá sentido à nossa vida. *Ao início do ser cristão, não há uma decisão*

²⁶ TORRES QUEIRUGA, A., La eutanasia, entre la ética y la religión, p. 373-389.

²⁷ MATÁS GARCIA, M. A., El hombre, un ser finito, con anhelo y nostalgia del Infinito, p. 129-156.

²⁸ PÉREZ-SOBA, J. J., Vivir en Cristo, la fe que actúa por el amor, p. 22-28.

²⁹ PÉREZ-SOBA, J. J., Vivir en Cristo, la fe que actúa por el amor, p. 3-5.

*ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo.*³⁰

Esta comunhão gera uma nova presença, um novo encontro e uma mais profunda comunhão, em um processo amoroso que pode crescer ou diminuir, mas que nunca será estático³¹. Novamente os exemplos, ainda que limitados, podem nos ajudar. Um rapaz que nota de modo diferente a presença de uma moça que já conhecia. Esta nova presença o leva a um encontro com ela. Neste encontro decidem se querem entrar em uma comunhão que move um ao outro a um novo encontro. Este processo, se segue adiante, leva ao encontro amoroso no enamoramento e à entrega de um ao outro. Em outra dimensão, mas tão profundamente humana como esta, dá-se este encontro com o amor de Deus, que passa a dar sentido à nossa vida.

Somente nesta compreensão de dom é que podemos entender nossa relação com Deus e o sentido da nossa própria vida. Consequentemente, somente nesta compreensão de sentido da própria vida é que podemos entender o sentido do processo de morte. É verdade, também, que essa dimensão amorosa pode ser captada de modo limitado e não chegar à profundidade de compreensão sempre falando desde a razão prática e não necessariamente da razão especulativa da radicalidade do amor. Mas precisa ser vivida e entendida desde o amor.

Neste sentido, sem renunciar à resposta amorosa que deriva desta comunhão e que veremos na epígrafe seguinte, tentar entender o processo de morte sem entender o sentido da vida, levará a pessoa a buscar mais a si mesma do que a entrega total de si. Cairá nos normativismos que ilustrávamos mais acima, ou nas respostas limitadas, mas que dão elementos concretos, como o cientificismo. Sem entender a própria vida, não entenderá a própria morte e buscará coisas que devem ser feitas, limites que devem ser respeitados, tratamentos que devem ser obedecidos, mas esquecerá de amar. Se renuncia à transcendência, renuncia ao sentido profundo da vida. Buscará ainda o amor, seja no bem comum, seja no bem pessoal, seja nas relações horizontais, mas será uma busca sempre limitada, pois precisará buscar um amor que nunca será encontrado nessas dimensões meramente humanas.

Talvez nos excedamos com os exemplos, mas de modo gráfico é mais fácil ver. Poderíamos formular a proibição de ofender a nossa própria mãe como um preceito e, certamente, este seria válido. Porém, seria profundamente limitado que alguém deixasse de ofender a sua mãe somente por causa deste preceito e não pelo significado amoroso que possui esta relação.

Quem encontra este sentido profundo de sua vida em comunhão, é capaz de entender, por exemplo, que a eutanásia não pode corresponder ao amor.³² Mas também consegue entender que pode chegar um momento em que a relação amorosa já não lhe exija colocar novos meios para prolongar a vida.³³ Não se tratam de jogos de linguagem, mas se trata de um amor de comunhão, que respeita a vida, mas não é vitalista, pois o amor vem primeiro amor real, de relações verdadeiras, que implica toda a vida e não somente os sentimentos ou emoções.

2.2. Resposta amorosa como encarnação da comunhão vivida: decidir morrer amando

A partir do encontro com o sentido da vida na comunhão amorosa, pela nossa própria condição humana e pela unidade de vida – corporal-espiritual, moral-espiritual – faz-se necessária uma resposta encarnada. Parar somente na comunhão amorosa, sem resposta concreta, seria assumir os espiritualismos e desumanizar a pessoa.

Se entendemos o sentido da nossa vida, estamos chamados a uma resposta coerente e à altura do dom recebido. *O homem, única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma, não se pode encontrar plenamente a não ser no sincero dom de si mesmo.*³⁴ Esta é a única resposta possível, ainda que seja radical. Se recebemos um dom amoroso infinito que dá sentido à nossa vida, precisamos viver um dom amoroso, neste caso finito, que encarna o amor nas nossas ações concretas.

Nesta noção de comunhão que exige resposta é onde se enraízam o significado das dimensões objetivas da relação. Os atos intrinsecamente maus por seus objetos morais³⁵ não o são por sua materialidade, mas sim porque nunca poderão corresponder ao amor vivido nesta relação amorosa.

³⁰ BENTO XVI. PP., Encíclica *Deus caritas est*, n.1.

³¹ TOMÁS DE AQUINO., Suma teológica, I-II, q.28, a.3.

³² CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ., Carta *Samaritanus Bonus*, V, n.1.

³³ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ., Carta *Samaritanus Bonus*, V, n.2.

³⁴ GS 24.

³⁵ VS 79-83.

Existem ações, no processo de morte, que jamais corresponderão ao amor próprio da comunhão vivida, ou seja, ao sentido da própria vida nesta relação. Focar a compreensão, como às vezes se faz, na inimizabilidade de uma ação pelos atenuantes morais é uma renúncia à vivência do amor. Separar a dimensão doutrinal – onde se explicam essas relações amorosas de fundo – de uma prática pastoral, seria também apostar pela incapacidade de amar. Estamos feitos para o amor e precisamos entender e ajudar a entender a radicalidade do amor, que necessariamente se encarna em nossas ações. Isto implica fazer caminho juntos, ajudar a dar passos nesta direção, não cansar de recomeçar,³⁶ mas também implica que este amor se vive de modo objetivo, dentro de uma relação subjetiva com o próprio Amor.

Voltando ao processo de morte, é aqui onde se realiza a possibilidade de viver de modo amoroso e, conseqüentemente muito humano, todas estas realidades da morte que fazem parte da nossa vida. Se sei quem é o amor e vivo deste Amor, as minhas ações devem ser coerentes com o sentido da minha própria vida. Aqui é onde se encarna a resposta ao sofrimento e onde somos capazes de entender que podemos amar, por exemplo, recebendo analgésicos ou até mesmo uma sedação permanente, que durará até o fim da nossa vida. Mas também é aqui onde podemos entender, sem heroísmos superficiais de um mal chamado *neopelagianismo*, que em alguns casos talvez a própria relação amorosa me peça uma renúncia a estes analgésicos por razões que, dentro da subjetividade amorosa, fazem sentido.

Voltando à imagem de Goya que invocávamos no começo deste escrito. Desde esta dimensão, continuaremos vendo a imagem de um homem atado, sem poder contra a morte. Mas será uma atadura que não amarra a sua liberdade, pois continua livre para amar e para transformar o processo de morte em relações amorosas com as pessoas deste mundo e uma resposta amorosa de volta, encarnando amorosamente o sofrimento, ao amor que nos amou primeiro.

Conclusão

Apresentamos este trabalho como uma intenção de compreender, desde uma perspectiva moral, o processo de morte. Esta compreensão partia de uma exposição de diversas posturas morais aplicadas à questão da morte e uma tentativa de explicar essa vivência desde a noção de comunhão.

A partir disso, cremos que podemos ver soluções morais deficientes, mas com elementos de verdade, que, aplicados ao processo de morte, terão os mesmos resultados: alguns acertos dentro de uma compreensão global deficiente. A maioria dessas deficiências vêm por renunciar a uma compreensão mais profunda sobre o sentido amoroso não confundido com sentimental da vida.

Na proposta que apresentamos, buscamos partir do sentido da vida realizado no encontro amoroso e sempre dinâmico, que chamamos de comunhão. Uma comunhão exposta em sentido forte e realizada numa relação verdadeira, que dá sentido à vida. Esta relação subjetiva e amorosa, exige uma resposta concreta, encarnada na vida e nos atos humanos. Além disso, esta relação profunda também dará razão a toda a dimensão objetiva realizada nestes atos não se trata de obediência extrínseca, mas sim de amor.

Toda esta dinâmica amorosa, cremos que ajuda a compreender e humanizar o processo de morte. Não se trata de excluir suas dimensões difíceis, mas de entender e assumir o sentido para viver todo este processo, que faz parte da vida, como resposta amorosa ao amor. Somente desta forma se pode entender a radicalidade da afirmação do Senhor e fazer que, em Cristo, essa afirmação se faça vida em nossas vidas: “Ninguém tira a minha vida de mim, mas eu a dou por minha própria vontade. Tenho o direito de dá-la e de torná-la, pois foi isso o que o meu Pai me mandou fazer” (Jo 10,18).

Com todo o anterior, nossa intenção é a de abrir um diálogo frutuoso com todas as demais posturas sobre o tema da vivência da morte e também na compreensão profunda da comunhão amorosa.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, *Las confesiones*. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1955. Tomo II.

³⁶ AL 293-312.

BENTO XVI. **Discurso Fé, razão e universidade:** Recordações e reflexões. Set. 2006. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg.html>. Acesso em: 08 abr. 2024.

BENTO XVI, PP. **Encíclica *Deus caritas est*.** Dez.2005. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html>. Acesso em: 09 abr. 2024.

BERMEJO, J. C. (Ed.) Cuidados paliativos y humanización. In: **Medicina Paliativa**, n. 20, v. 1, 2013, p.1-2.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição dogmática *Gaudium et Spes*.** Dez. 1965. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. Acesso em: 09 abr. 2024.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Carta *Samaritanus Bonus*.** Sobre o cuidado das pessoas nas fases críticas e terminais da vida. Jul. 2020. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20200714_samaritanus-bonus_po.html>. Acesso em: 09 abr. 2024.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução *libertatis conscientia* sobre a liberdade cristã e a libertação.** Mar. 1986. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html>. Acesso em: 09 abr. 2024.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução sobre alguns aspectos da «teologia da libertação» - *Libertatis nuntius*.** Ago. 1984. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html>. Acesso em: 09 abr. 2024.

FRANCISCO, PP. **Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*.** Sobre o amor na família. Mar. 2016. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20200714_samaritanus-bonus_po.html>. Acesso em: 09 abr. 2024.

FRANKLIN, B. Letter Jean-Baptiste Le Roy, 1789. In: SMYTH, A. H. **The writings of Benjamin Franklin**, vol.10. New York: The Macmillan company, 1907. p. 68-69.

GARCÍA SÁNCHEZ, E.; GARCÍA GARCÉS, L. Tecnicar la muerte. In: **Los riesgos de deshumanizar los cuidados al final de la vida**, n. 10, p. 103-140, dez. 2021.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, N. Medicalización de la muerte. Elementos de discusión y análisis para un abordaje crítico desde las Ciencias Sociales. **Culturales**, v. 6, p.103-140, 2018, e350. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6591261.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2024.

GOYA, F. **Las Parcas (Átropos)**. Técnica mista sobre parede trasladado a tela. Madri: Museu do Prado, 1820-1823.

HUXLEY, A. **Un mundo feliz**. Ciudad de México: Editores mexicanos unidos, 1985.

JOÃO PAULO II, PP. **Veritatis Splendor:** el esplendor de la verdad. Madrid: San Pablo, 1993.

KANT, I. **Crítica de la razón práctica**. Buenos Aires: La página; Losada, 2003.

LIBLIK MACLUF, C.; CARVALHO TEODORO, S.; FULLER, G. P. A função pedagógica da pena e suas aplicações. In: **Brazilian Journal of Development**, v.8, n.1, p. 1387-1438, jan. 2022.

MARCEL, G. **Diario metafísico**. Buenos Aires: Losada, 1956.

MATÁS GARCIA, M. A. El hombre, un ser finito, con anhelo y nostalgia del Infinito. In: **Scripta fulgentina**, v. 32, n. 63-64, p. 129-156, 2022.

MELINA, L.; NORIEGA, J.; PÉREZ-SOBA, J. J. **Caminar a la luz del amor**: los fundamentos de la moral cristiana. Madrid: Palabra, 2007.

MÍGUEZ BURGOS, A.; MUÑOZ SIMARRO, D. Enfermería y el paciente en situación terminal. In: **Enfermería Global**, n.16, p.1-9, jun.2009.

PÉREZ-SOBA, J. J. **Vivir en Cristo, la fe que actúa por el amor**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 2018.

PINCKAERS, S. T. **Las fuentes de la moral cristiana**. Su método, su contenido, su historia. Barañain: Eunsa, 2007.

RATZINGER, J. **Fe, verdad y tolerancia**. Salamanca: Sígueme, 2005.

RODRÍGUEZ LUÑO, A. Clericalismo y teología de la libertad. In: **Palabra**, n. 673, p. 54-57, jan. 2019.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1965.

TORRES QUEIRUGA, A. La eutanasia, entre la ética y la religión. In: **Razón y fe**, v. 237, n. 1194, p. 373-389, abr.1998.

VIDAL, M. **Moral y espiritualidad**. De la separación a la convergencia. Madrid: Covarrubias, 1997.

Hélio Tadeu Luciano de Oliveira

Doutor em Teologia Moral pela Universidad de Navarra
Docente Adjunto do Departamento de Teologia da Universidad de Navarra
Navarra / Pamplona – Espanha
E-mail: hluciano@unav.es

Recebido em: 09/04/2024

Aprovado em: 09/10/2024